

O TRABALHO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Maria Emanoele Desidério Diógenes

Discente do Curso de Pedagogia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Mariane Ferreira Barbalho

Discente do Curso de Pedagogia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Sheila Danielle Fernandes de Souza

Discente do curso de pedagogia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Disneylândia Maria Ribeiro

Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este trabalho versa sobre a inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais nas classes e escolas regulares, de modo geral, e, de modo mais específico, sobre a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) - ambientes voltados para o atendimento educacional especializado. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental (ALVES, 2008; BRASIL 1996, 2009, 2010; MITTLER, 2003; ROPOLI, 2010) com o objetivo de evidenciar as concepções de inclusão presentes nos documentos oficiais e refletir sobre a formação e atuação dos(as) profissionais responsáveis pelo trabalho desenvolvido nas SRM. Com o estudo realizado percebemos que as escolas devem possibilitar a aprendizagem de todos os discentes e respeitar suas diferenças. Desse modo, é essencial a utilização de recursos e materiais didático-pedagógicos que estão disponíveis nas SRM, assim como a viabilização de programas voltados para a formação dos educadores que atuam nesses espaços.

Palavras-chaves: Inclusão. Sala de Recursos Multifuncionais. Atuação docente.

INTRODUÇÃO

Precisamos compreender que após muitas mobilizações e lutas as pessoas com deficiência obtiveram grandes conquistas no campo educacional. Quebrando antigos paradigmas segregativos de que a escola de qualidade procedia de acordo com a uniformidade. A escola inclusiva acredita que a qualidade existe independente das

diferenças, desde que haja profissionais qualificados e atendimento especializado, caso seja necessário.

A escola atualmente concebe a qualidade do ensino como algo que ocorre apenas quando existe a homogeneização do alunado. Acreditando que a educação só pode existir se todos os alunos forem iguais e se aprenderem da mesma forma.

Mas o que acreditamos é na possibilidade de uma educação para todos considerando e respeitando as diferenças e possibilitando o aprendizado das pessoas que tem necessidade de uma educação diferenciada, com recursos que auxiliem na aprendizagem e com profissionais qualificados.

As prerrogativas legais e oficiais asseguram as crianças, jovens e adultos com deficiências uma educação de qualidade, foi nessa perspectiva que o Ministério da Educação(MEC) através da Secretaria de Educação Especial criou as salas de recursos multifuncionais em 2007..

Para que haja uma educação inclusiva de qualidade além de meios e instrumentos estruturais e físicos se faz necessário um profissional que aprenda com sua prática e que esteja sempre se atualizando, estudando, buscando novos meios de proporcionar a esses alunos uma aprendizagem eficiente. Sendo assim, buscamos trazer a discussão sobre a formação desse professor, tanto das salas regulares como das salas de recursos multifuncionais.

OS SISTEMAS DE ENSINO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS CLASSES REGULARES

A expressão necessidades educacionais especiais é utilizada para referir-se a crianças e jovens que possuam dificuldades na aprendizagem ou que tenham elevada capacidade no processo educacional. “No contexto desta estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”. (UNESCO/BRASIL, 1994, p. 3-4)

As mobilizações que ocorreram em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, constituem-se em ações de conotação política, cultural, social e pedagógica, vislumbrando uma Educação Inclusiva fundamentada nos direitos humanos, defendendo

que igualdade e diferença caminham juntas, inseparáveis, e avançam em busca da quebra da exclusão dentro e fora da escola.

O que ocorre em nossos sistemas de ensino atualmente é reflexo de uma sociedade discriminatória, por isso é necessário buscarmos formas de superá-las.

[...] As escola e o sistema educacional não funcionam de modo isolado. O que ocorre nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam. Os valores e as prioridades da sociedade permearão a vida e o trabalho nas escolas e não pararão nos seus portões. Aqueles que trabalham nas instituições de ensino são cidadãos da sua sociedade e da comunidade local; portanto, possuem a mesma gama de crenças e atitudes com qualquer outro grupo de pessoas [...] (MITTLER, 2003. p. 24).

A escola, historicamente, destacou-se pela segregação social ao privilegiar determinados grupos em detrimento de outros. Entretanto, com o crescente movimento de democratização do ensino e com a garantia de acesso universal a educação, a escola foi forçada a abrir suas portas para a diversidade social, étnica, cultural, religiosa e de deficiência dos sujeitos que dela participa.

A escola é um espaço para todos, onde os alunos constroem seus conhecimentos, expressão suas ideias, participam das atividades escolares demonstram suas capacidades, crescem e constroem-se como cidadãos, independente de suas diferenças.

Assim as instituições inclusivas são aquelas em que os alunos não podem ser excluídos ou segregados em detrimento das suas diferenças, podendo participar ativamente das atividades escolares, e que nenhuma delas seja motivo de exclusão de sua turma.

Estudos mais aprofundados no campo da educação e dos direitos humanos, prevendo através da avaliação de legislações, conceitos e práticas educacionais preconizam que a escola deve reestruturar-se, adequando a educação regular geral e a educação especial.

O objetivo de tal reforma é garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pelas escolas e impedir a segregação e o isolamento. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das salas de aula e aqueles que estão sob o risco de exclusão. (MITTLER, 2003. p. 25)

A educação inclusiva traz para a educação a quebra de antigos paradigmas, onde a valorização da diversidade é fator salutar no processo educacional devido provocar mudanças nas escolas e na formação dos professores, bem como propor uma reestruturação da escola em benefício de todos os sujeitos independentes de suas necessidades educacionais especiais.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. (UNESCO/BRASIL, 1994, p. 3-4)

Dessa forma, a principal bandeira levantada pelo paradigma da educação inclusiva é a garantia do acesso e da permanência de todas as crianças, jovens e adultos na escola regular, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, culturais e linguísticas.

Assim, a Declaração de Salamanca vem a reforçar os direitos das crianças ao ensino regular,

Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (UNESCO/BRASIL, 1994, p.03 e 04)

Para garantir melhores condições de aprendizagem, foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento educacional especializado complementar ou suplementar ao ensino regular. De acordo com Alves (2006, p.12):

[...] O projeto do MEC de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais e estaduais tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização, conforme previsto no inciso V do artigo 8da Resolução CNE/CEB nº. 2/2001.

A implantação das SRM é um projeto do governo federal que em parceria com as escolas busca a garantia de uma educação inclusiva, organizando serviços, equipamentos, matérias e profissionais capacitados para o atendimento especializado. A finalidade é apoiar os educadores em seu trabalho pedagógico e possibilitar aos alunos uma aprendizagem significativa e contextualizada.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM): CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO.

A verdadeira escola inclusiva é aquela fundamentada no reconhecimento e celebração das diferenças, uma vez que suas práticas e ações permitem que no decorrer do ano letivo, muitos tipos de talentos e especialidades sejam admirados e compartilhados.

Nesta perspectiva, as escolas devem corresponder às necessidades de todos os alunos. Para que isso ocorra de forma a atender a todos, as instituições devem ser mais flexíveis, modificando e adequando seu currículo, adequando sua estrutura física, incentivando a formação profissional, adquirindo recursos e parcerias.

Às pessoas com necessidades educacionais especiais têm assegurado em lei o direito ao acesso e a permanência nas escolas de ensino comum e ensino especializado:

[...] na Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN - Lei nº. 9.394/96, no parecer do CNE/CEB nº. 17/ 01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (ALVES, 2006, p. 13)

Desse modo, foram implantadas as salas de recursos multifuncionais (SRM) pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, que disponibilizam as escolas de ensino regular:

[...] equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE. (BRASIL, 2007, p. 01)

O programa busca apoiar a escolarização de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, de forma a amenizar as barreiras que dificultam o acesso ao saber historicamente elaborado, e consequentemente, o desenvolvimento cognitivo e social desses educandos. Nessa perspectiva, o Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais elaborado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial em 2010 tem como objetivos:

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos; Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar. (BRASIL, 2010, p. 9)

O programa divide as salas em dois tipos o I e II, a diferença entre elas é que a sala tipo II possui recursos pedagógicos para o trabalho com deficientes visuais.

Com esses equipamentos as SRM devem funcionar efetivamente para o atendimento da educação especial – AEE aos alunos com deficiência e que estão matriculados no ensino regular, dessa forma estas salas funcionarão no contraturno do ensino regular.

O PROFISSIONAL DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Um bom educador deve estar sempre se atualizando e se capacitando para as dificuldades que possam surgir no dia-a-dia de sala de aula, se construindo e se reconstruindo para melhor atender todos os seus alunos.

Até meados da década de 80 o educador era formado para atuar em duas situações distintas. O docente do ensino regular e o especialista que trabalha em salas especiais para pessoas com deficiência, reforçando assim a segregação e o preconceito.

Diante do contexto inclusivo, atualmente ocorre vários estudos, mobilizações para que a formação dos profissionais rompa com a dicotomia ensino regular *versus* ensino especializado. A UNESCO em 1988 aponta a grande importância da formação do professor para um ensino a pessoas com deficiências. Nessa perspectiva a UNESCO segundo BAMEUL(2003) aponta pressupostos essenciais na formação dos profissionais para a efetivação de um ensino dito inclusivo:

a) inclusão da Educação Especial nas ações de formação inicial e continuada dos professores, nos diversos níveis de ensino; b) as instituições formadoras devem se engajar para ofertar programas de formação em Educação Especial, abrangendo parcerias; c) a visualização e a reconsideração do papel dos professores de Educação Especial; d) o estímulo às iniciativas de criação de programas de formação que preparem os docentes para atuar com todo tipo de deficiência.

A legislação brasileira afirma a necessidade da preparação de todos os cursos de formação docente, vislumbrando um melhor atendimento aos alunos com ou sem deficiência. O Plano Nacional da Educação (Lei nº 10.172/2001) foi um dos documentos criados para assegurar uma formação de qualidade voltada para a inclusão, onde aponta metas essenciais para a formação continuada dos educadores:

Oferta de cursos sobre atendimento básico aos discentes com deficiência para os docentes em serviço, tanto da educação infantil quanto do ensino fundamental (item 2); inclusão assegurada no projeto político pedagógico, prevendo o atendimento às necessidades especiais do alunado e direcionando não só os recursos disponíveis, mas também a oferta de formação continuada para os docentes (item 16); inserção de conteúdos e disciplinas que possibilitem uma capacitação básica para atender aos discentes com deficiência nos currículos de formação dos professores do nível médio e superior (item 19); inclusão e/ou ampliação da oferta de habilitação específica em níveis de graduação ou pós-graduação, especialmente nas universidades, com vistas a formar profissionais especializados em educação especial (item 20). (BRASIL, 2001).

Devemos analisar ainda que, como nos confirma MELO (2008), a formação dos educadores em uma perspectiva inclusiva não é direcionada apenas aos profissionais do ensino regular, mas também para aos profissionais que atuam nas SRM, como ressaltada a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 em seu artigo 59: “III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos na classe regular”. (BRASIL, 2006, p. 50).

Contudo, podemos perceber a necessidade dos professores do ensino regular e do ensino especializado buscarem a renovação, revisando e atualizando seus conceitos e métodos, em um contexto educacional geral, mesmo reconhecendo as exigências de cada profissional, a formação continuada faz-se sempre necessária.

Precisamos buscar uma qualificação profissional independente do campo de atuação, pois quando pensamos em uma educação inclusiva não importa se é no ensino regular ou na sala especializada, todos tem direitos iguais a uma educação de qualidade e profissionais bem formados.

O que podemos perceber é que o trabalho de ambos os profissionais é necessário dentro do âmbito de uma escola inclusiva, principalmente quando a escola possui uma Sala de Recursos Multifuncionais.

O professor que atuará na Sala de Recursos Multifuncionais deve ter formação em nível de graduação, pós-graduação ou cursos de formação continuada que o habilite para atuar com as diferentes necessidades educacionais especiais. As especializações básicas para o profissional que atua nas SEM são o alfabeto braile, sistema de leitura para cegos, orientação e mobilidade, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS dentre outras. Como afirma ALVES (2006, p. 17):

Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais; atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos; orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;

indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade; articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Os professores das salas de recursos multifuncionais devem ser profissionais que trabalham em parceria com os professores das salas regulares, participando efetivamente da dinâmica escolar, atuando de forma a contribuir com a difusão de valores positivos de respeito às diferenças, e, conseqüentemente, com a promoção de culturas no âmbito da escola que acolham, apreciem e acomodem a diversidade.

O profissional atuante na sala de recursos tem como atribuições - identificar, elaborar e organizar serviços e recursos pedagógicos para o atendimento específico de cada aluno, elaborando e executando o plano de atendimento educacional especializado, deve ter participação ativa nas reuniões pedagógicas, nos planejamentos e conselhos de classe, bem como participar da construção do projeto pedagógico da escola, e das atividades realizadas nas salas de aulas regulares, contribuindo assim para a promoção da inclusão escolar.

CONCLUSÃO

Constatamos que as concepções e posturas diante da educação especial foram se modificando e evoluindo historicamente, vez que por muito tempo essa modalidade de ensino teve um caráter compensatório e assistencialista. Hoje, têm ocorrido algumas iniciativas governamentais direcionadas a educação de pessoas com necessidades especiais, numa perspectiva inclusiva, pautada no respeito à diversidade e na equidade de oportunidade.

As salas de recursos multifuncionais vieram de forma complementar ao ensino regular, no sentido de mediar o processo de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos estudantes com necessidades especiais, oferecendo recursos e instrumentos que proporcionem uma aprendizagem significativa e de qualidade.

As SRM são, portanto, espaços organizados com materiais pedagógicos, mobiliários e profissionais qualificados para o atendimento educacional especializado. Reforçamos a importância da atuação de profissionais com formação específica na área

de Educação Especial, assim como com posturas políticas e éticas frente à diversidade social, cultural, étnica, religiosa e de deficiência.

Desse modo, para atuar nas SRMs(as) professores(as) devem ter formação específica que atendam aos objetivos e as perspectivas da educação inclusiva, vez que esse profissional acompanha diariamente toda a trajetória acadêmica do(a) aluno(a), assim, há necessidade de uma articulação deste(a) com o(a) professor(a) do ensino comum.

Visando a inclusão, o professor da SRM não é apenas mais um especialista em uma área específica, suas atividades desenvolvem-se nas escolas regulares, porém esse(a) profissional possui atribuições específicas frente ao processo de ensino-aprendizagem dos(as) discentes com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.294. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

_____. **Manual de orientação: Programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. MEC/SEESP. 2010.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira. **Atendimento educacional do aluno com paralisia cerebral: uma experiência de formação continuada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

MITTER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** : a escola comum inclusiva - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

UNESCO/BRASIL, **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas. Especiais. Espanha, 1994.